

Governadores vão ao Alvorada

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso espera ter o apoio dos governadores para aprovar o aumento do Imposto de Renda. Para convencê-los, disse que a medida significa mais receita para enfrentar a crise financeira. O ministro da Fazenda, Pedro Malan, seu secretário executivo, Pedro Parente, e o economista André Lara Resende, disseram, durante reunião na noite de quarta-feira, no Palácio da Alvorada, aos governadores Marcello Alencar (RJ), Mário Covas (SP), Tasso Jereissati (CE) e Eduardo Azeredo (MG), que a crise ainda está evoluindo e que não dá para prever o seu final nem o tamanho do estrago que provocará.

Com o apoio integral do PSDB às medidas, Fernando Henrique começou a administrar a rebeldia da base governista, sobretudo a inesperada

oposição do PFL. Sua primeira atitude foi a de chamar os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para uma conversa no Palácio do Planalto, ontem no final da tarde. O líder do governo na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), constrangido com o bate-boca entre Fernando Henrique e seu pai, o senador Antonio Carlos Magalhães, está trabalhando para neutralizar as críticas às medidas e minimizar as divergências. "Não há problema, há solução para tudo é só ter paciência e boa vontade. Está se discutindo sobre uma tática. O conjunto de medidas é muito mais amplo que o imposto de renda", disse Luís Eduardo.

O PSDB decidiu tirar partido da vacilação do PFL e cerrou fileiras na defesa do pacote. Os tucanos não acreditam que ACM manterá suas posições até o fim e que tudo o que está

fazendo não passa de uma tentativa de dar uma "faturadinha" e melhorar a imagem do partido num segmento do eleitorado que sempre foi hostil ao partido, a classe média das regiões Sul e Sudeste. "O melhor para o Brasil é apoiar o pacote e não colocar o presidente contra a parede. Nossa expectativa é de que o senador se incorpore ao nosso esforço", afirmou o líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG). O presidente, durante reunião com dirigentes do PSDB no final da tarde de quarta-feira, afirmou que sómente admitiu mudanças nas medidas, porque ficaria antipático dizer que o Congresso não deveria mudar nada.

Os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antonio Kandir, foram duramente criticados pelos dirigentes do PSDB porque não ficaram para a entrevista que se seguiu ao anúncio do pacote. O presidente do PSDB, senador Teotonio

Vilela (AL), os líderes na Câmara, Aécio Neves, e no Senado, Sérgio Machado (CE), e os deputados José Aníbal (SP) e Arnaldo Madeira (SP), decidiram reivindicar para o partido a relatoria da medida provisória do imposto de renda, a única que será efetivamente votada pelo Congresso. Ocorre que as regras tributárias obedecem ao princípio da anualidade e precisam estar efetivamente aprovadas no ano anterior ao de sua aplicação. As demais medidas provisórias serão submetidas ao mecanismo da reedição. O PFL e o PMDB mantiveram ontem as críticas ao aumento do imposto de renda, mas os dois partidos rejeitam estar fazendo oposição às medidas. "Nós estamos alinhados com o governo, nós queremos evitar um desgaste desnecessário. Por que tirar R\$ 1 bilhão da classe média?", questionou o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).